

Fala no Consu – Professor Caio Navarro de Toledo

## **Bom dia a todas e a todos!**

Sou grato, Senhor Reitor, pela gentileza de me conceder a palavra nesta reunião do Consu. Fico honrado também por participar de uma sessão que poderá ter um significado **histórico** na vida da Unicamp.

Sou professor aposentado do IFCH e tive o privilégio de participar da *Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni” da Unicamp* (2013-2015).

Com satisfação, busco aqui representar o **GT Unicamp Pela Democracia** que reúne quatro entidades representativas da comunidade acadêmica: a Adunicamp, a APG, o DCE e o STU.

Neste início de setembro, após quatro meses de atividades, solicitamos à Reitoria que o atual Conselho Universitário voltasse a examinar a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* outorgada, em 1973, ao Cel. Jarbas Gonçalves Passarinho. Nossa solicitação está acompanhada de um *dossiê* que fundamenta e justifica a proposta de revogação.

II.

Feitos estes esclarecimentos iniciais, permitam-me fazer um breve sumário do qualificado *dossiê* que, nestes dias, as senhoras e os senhores puderam acessar. O extenso documento anexado – contendo mais de 300 páginas – é

composto de dois abaixo-assinados, Notas de apoio, textos acadêmicos, documentos oficiais, depoimentos históricos, vídeos etc.

Sumarizo, então, o dossiê:

a) Dois abaixo-assinados informam que a proposta de revogação tem o apoio de mais de 3 mil pessoas e entidades democráticas do país. Uma significativa parcela dos signatários é de membros de nossa comunidade acadêmica; deve-se ainda ressaltar que mais de 700 docentes e pesquisadores da Universidade – ativos e aposentados – apoiam a proposta;

b) Quatro ex-Reitores e um ex-Coordenador Geral da Unicamp – Carlos Vogt, Hermano Tavares, José Tadeu Jorge, Marcelo Knobel e Alvaro Crósta –, escreveram Notas de apoio;

c) Quatro Moções de Congregações de unidades da Unicamp – votadas, de forma unânime, por seus membros – apoiam a proposta;

d) Dois recentes postulantes à Reitoria, profs. Mário Abdalla Saad e Sérgio Salles-Filho, também apoiam a revogação;

e) Por meio de Notas, igualmente se manifestaram ex-Pró-Reitores, ex-Diretores de unidades e ex-docentes da Unicamp. Ressalto que todos estes ex-docentes atuam em destacadas entidades da vida política, cultural e educacional brasileira.

f) Entre os ex-diretores, conviria lembrar os depoimentos de José Ripper Filho e Rogério Cerqueira Leite.

Membros do Conselho Diretor da Unicamp que, em 1973, concedeu a honraria ao Cel. Jarbas Passarinho, Ripper Filho e Cerqueira Leite argumentam que, hoje, não há razão para que o título, concedido há 48 anos, seja mantido pela Unicamp.

g) Concluindo este relato sobre os apoios, julgou-se relevante uma última informação: dois pesquisadores – que foram honrados com o título de DHC pela Unicamp – apoiam nossa proposta. São eles: a demógrafa Elza Salvatori Berquó e o farmacologista Boris Bernardo Vargaftig.

### III.

Após este sumário das matérias que compõem o dossiê, cabem algumas reflexões.

A rigor, quais são as razões substantivas que justificam a proposta de revogação?

De forma sintética, destaquemos duas delas:

a) Representada pela ADunicamp, APG, DCE e STU, a comunidade acadêmica da Unicamp busca ser consequente com as conclusões e sugestões da *Comissão Nacional da*

*Verdade* (CNV) e, em particular, da *Comissão da Verdade e Memória “Octavio Ianni” da Unicamp*.

Por meio de uma Recomendação da CNV, todos os órgãos públicos e privados do país devem se empenhar pela revogação de honrarias concedidas a servidores da ditadura militar.

Foram exatamente estas razões que levaram o Conselho Universitário da UFRJ, em 20 de abril deste ano, a revogar o título DHC concedido por aquela Universidade, em 1973, ao cel. Jarbas Passarinho.

b) Outra razão substantiva que justifica nossa proposta de revogação se fundamenta no **artigo 158** do Estatuto da Unicamp. Segundo este artigo, o título de Doutor *Honoris Causa* será conferido a “*peçoas que tenham contribuído, de maneira notável, para o progresso das ciências, das letras ou das artes*”, ou ainda “*aos que tenham beneficiado, de forma excepcional, a humanidade ou tenham prestado relevantes serviços à Universidade*”.

Foram os critérios acima mencionados que levaram, pois, o Consu a conceder o *Honoris Causa* a personalidades como o militar Casimiro Montenegro Filho, Gleb Wataghin, Paulo Freire, D. Paulo Evaristo, Cesar Lattes, Celso Furtado, Warwick Kerr e outros.

Em contrapartida, na Nota enviada ao GT, a profa. Elza Berquó-a mais recente *Doutora Honoris Causa* da Unicamp – ponderou que o Cel. Jarbas Passarinho não possui nenhuma qualificação científica, cultural, educacional, política e moral para figurar entre as personalidades distinguidas com a mais alta honraria concedida pela Unicamp.

Tendo em vista que a expressão latina *honoris causa* significa “por motivo de honra”, impõe-se então indagar: existiria alguma justificativa acadêmica para que a Unicamp continue homenageando alguém que não se enquadra dentro dos critérios definidos por seu projeto acadêmico e –**mais** grave ainda! – alguém que, durante a sua atuação como ministro de governos militares, teve reconhecidas responsabilidades na punição de estudantes, na destituição de dirigentes sindicais e na aposentadoria compulsória de renomados pesquisadores de universidades públicas?

Lembremo-nos que, entre os punidos pelo AI 5, estiveram: Elza Berquó, Mário Schemberg, Isaias Raw, Luiz Hildebrando da Silva, José Leite Lopes, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, FHC e vários outros.

Concluo, Senhor Reitor e membros do Consu:

A Unicamp – cuja existência se justifica pela busca do conhecimento científico, pelo exercício do debate crítico e pela defesa de valores democráticos –, rechaça o dogmatismo, o negacionismo, a intolerância e a conivência com todas as formas de autoritarismo.

Reconheça-se, contudo, que a Unicamp, durante a ditadura militar, protagonizou alguns atos coniventes com o autoritarismo vigente no país. Um deles, certamente, o mais grave foi o chamado “expurgo na Medicina Preventiva”, quando, em 1975, 17 pesquisadores, liderados pelo saudoso Sérgio Arouca, foram obrigados a abandonar a Unicamp.

É de se reconhecer também que esta universidade – ao conceder uma honraria ao signatário do AI 5 –, prestou, no plano simbólico, igualmente, um tributo ao autoritarismo.

Embora as circunstâncias políticas da época possam ser invocadas para justificar a infausta decisão do Conselho Diretor, impõe-se admitir que um equívoco foi **cometido e esquecido!**

A expectativa do **GT Unicamp pela Democracia** é a de que, nesta sessão, o Consu – interpretando a atual **vontade política** de sua comunidade acadêmica – repare este equívoco que dura 48 anos!

Sobre esta solicitação, talvez seja o caso de se indagar: em algum momento da história da instituição, uma proposta

levada ao debate dentro do Consu mobilizou e teve o apoio de amplos setores da Unicamp?

Tendo em vista sua legitimidade democrática e orientação crítica, solicitamos que o Consu – levando em conta a inequívoca **vontade política** de sua comunidade acadêmica – reconheça e repare o **grave** equívoco cometido em 1973.

Nas palavras de um ex-docente da Universidade, este equívoco tem sido deletério à memória e à história de uma instituição comprometida, desde as origens, com a liberdade de pensar, de fazer ciência, de ensinar, de criar, de promover a cultura, de **defender a vida**.

A autocrítica pública que, no dia de hoje, a Unicamp terá o privilégio e a coragem de fazer revelar ainda mais o ineludível compromisso da instituição com a memória crítica e os valores democráticos.

*“A memória não diz respeito apenas ao passado. Ela é presente e futuro”.*